



Mídia, Política e Sustentabilidade Social – O uso de Libras no Programa Político da Candidata à Deputada Federal Erika Kokay ¹

Aline MAGALHÃES²

Daniela A. RABELO⁵

Dharana BASTOS³

Mariela OLIVEIRA⁶

Poliana ASSUNÇÃO⁴

Faculdade Anhanguera Educacional, Brasília, DF

RESUMO

Nesse artigo é analisado o uso de libras na campanha eleitoral da candidata à deputada federal do Distrito Federal, Erika Kokay, com o objetivo de esclarecer o porquê do uso dessa linguagem em seu programa. Para a análise dessa pesquisa foram analisados os programas apresentados durante o horário político na televisão, entre 17 de agosto e 30 de setembro de 2010. Utilizamos também como dados, entrevista com a deputada e pesquisa bibliográfica. De acordo com os dados apurados, fica evidente que a utilização dessa linguagem é de fundamental importância para a integração do surdo na sociedade, para que ele possa participar da eleição, que é um momento democrático. A mídia, portanto, integra na política com a inserção das libras a forma de sustentabilidade social necessária para sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Libras; programa político; Erika Kokay

Introdução

Democracia é o governo da maioria. É inegável que a postura da sociedade com relação à inclusão social tem mudado. Nessa perspectiva torna-se fundamental a reeducação e conscientização em relação à tópicos como a sustentabilidade social – que é o caso da inclusão social de deficientes na sociedade.

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, realizado de 8 a 10 de junho de 2011.

² Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da Anhanguera Educacional, email: aline.dmagalhaes@gmail.com

³ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da Anhanguera Educacional, email: dharanabastos@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 6º. semestre do Curso de Jornalismo da Anhanguera Educacional, email: polianaassuncao@globo.com

⁵ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Anhanguera Educacional, email: daniela.a.rabelo@gmail.com

⁶ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Anhanguera Educacional, email: mariella@aedu.com



A linguagem de sinais é a língua natural da comunidade surda. Ela não é universal, cada país tem sua própria língua, que é diretamente influenciada pelas culturas locais. No Brasil, a Linguagem Brasileira de Sinais mais conhecida como Libras, têm sua origem na língua de sinais francesa.

Para a maioria das pessoas a linguagem de sinais é apenas um conjunto de gestões e mímicas, mas esse método de comunicação vai muito além e possui estrutura gramatical própria. Assim a pessoa que se dispõe a aprender essa linguagem estará aprendendo outra língua, como o espanhol.

Segundo a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, no artigo primeiro, “é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

No parágrafo único reforça ainda que,

“Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.” (Lei 10.436, 2002)

A importância de se usar Libras vai além da obrigatoriedade, trata-se de democratizar toda a comunidade, dando as mesmas condições de compreensão e participação aos membros da sociedade.

Erika Kokay candidata à deputada federal pelo Distrito Federal trabalha com a inserção dos surdos na sociedade. Membro da Comissão de Direitos Humanos desde 2002 na Câmara Legislativa, ela é autora de vários projetos e leis como as que visam diminuir a exclusão social de deficientes físicos. Um dos exemplos é o Projeto de Lei 855 de 2008 que “assegura, às pessoas acometidas de transtorno mental, gratuidade nos serviços públicos de transporte coletivo do Distrito Federal e dá outras providências.”

O objetivo dessa pesquisa é apresentar a importância de se inserir libras na propaganda política a partir da inserção na campanha da deputada Erika Kokay, candidata



ao cargo de deputada federal em 2011, já que a obrigatoriedade é de que haja apenas a legenda no programa partidário.

Mesmo com a obrigatoriedade do uso dessa linguagem a lei nem sempre é formalmente aplicada, tal como no caso do tribunais eleitorais que colocam em obrigatoriedade apenas o uso da legenda.

O estudo foi feito com base na apresentação de campanha da deputada Erika Kokay, utilizando o material de sua campanha, com a amostra de 15 programas veiculados na televisão, entrevista em profundidade com a candidata, e pesquisas em materiais bibliográficos didáticos relacionados à linguagem de libras.

O método de abordagem a ser utilizado para a concretização da pesquisa foi o hipotético-dedutivo, que é fundamentado na observação. Analisaram-se os programas políticos da deputada no primeiro turno das eleições, que ocorreu entre os dias 17 de agosto e 30 de setembro de 2010. Além disso, foi realizada entrevista em profundidade com a deputada Érika Kokay para que pudessem ser agregadas maiores informações sobre o programa e a inserção do uso de Libras e sua história política.

Na pesquisa utilizamos além da observação do programa político da deputada, pesquisa bibliográfica. Investigou-se de onde surgiu a libras, como é o processo da libras dentro de um programa político e o uso dela na campanha da deputada.

Sabendo da importância de inserir os indivíduos surdos na sociedade, o estudo torna-se essencial ao afirmar que para haver comunicação com toda a sociedade, é necessária a inclusão desses em programas de televisão. E nos programas políticos, por ser a eleição uma das maiores formas de exercer a democracia.

1. Libras e o programa político de Érika Kokay – o encontro dos objetos de pesquisa

Libras é a sigla para Língua Brasileira de Sinais, que foi desenvolvida a partir da linguagem de sinais francesa. Diferente da língua portuguesa, esse código tem uma estrutura própria, que são combinações com o corpo e o espaço. A linguagem se diferencia em cada país. O Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES) foi criado no Brasil em 1857, mais tarde chamou-se Instituto dos Surdos-Mudos.



Segundo a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002:

"Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil." (2002)

O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispõe que todas as instituições de ensino de nível fundamental, médio e superior devem ter intérprete, tradutor e professor de libras. O surdo tem direito à informação e comunicação, mas não é bem isso que vemos nas instituições de ensino. Poucas, ou quase nenhuma, tem em seu quadro de funcionários pessoas aptas a ajudarem os alunos com surdez. Situação semelhante às dos hospitais, que devem ter funcionários bilíngues, que saibam a linguagem de sinais. O surdo encontra problemas em qualquer local, já que tanto as instituições públicas quanto as privadas, não se adequam à lei que as obriga a terem em seu quadro pessoas que possam comunicar-se com quem não tem a língua portuguesa como padrão.

Segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia no Brasil em 2003 mais de 166 mil pessoas portadoras de surdez total. E outras 900 mil pessoas declararam ter alguma dificuldade em ouvir. O censo recém-divulgado referente aos dados de 2010 ainda não apresentou os números, que se apresentam de forma significativa em 2003. O número de surdos no Brasil é grande comparado à falta de profissional competente para ajudá-los a se comunicar. Diferente do ouvinte, que é alfabetizado em português, o surdo não aprende a escrever e ler como todas as outras pessoas. Eles têm a sua linguagem própria, que não tem pronomes, conjunções e outros aspectos da nossa língua.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Art. 205 “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”. No Art. 208, inciso III, da Lei 9.394/96, consta que “as crianças e jovens com deficiências deverão, preferencialmente, cursar a rede regular de ensino”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) afirma que “a igualdade de oportunidades que as crianças e os adolescentes com deficiência deverão possuir em termos de educação, sendo o Estado e toda sociedade responsáveis pelo seu zelamento.”

Em relação ao surdo, as chances dele conseguir integrar o nível superior é



bastante comprometida, já que nem ao ensino médio ele consegue chegar, devido ao déficit de profissionais que saibam a linguagem de libras. O Estado tem por obrigação zelar por ele, mas não é o que acontece.

Por terem todos os membros e funções motoras perfeitas, os surdos só podem participar das Paraolimpíadas competindo entre si. Nas Paraolimpíadas de 2008 houve modalidades exclusivas para surdos e cegos.

Na campanha eleitoral de 2010, para todos os cargos foi obrigatório o uso de legendas ou intérprete de libras, quando sendo a propaganda, na televisão. A lei 9.504/1997, no artigo 44, parágrafo 1º estabelece as normas para a eleição, de acordo com o site do Planalto Central

“A propaganda eleitoral gratuita na televisão deverá utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS ou o recurso de legenda, que deverão constar obrigatoriamente do material entregue às emissoras. (Incluído pela Lei nº 12.034, de 2009).

De acordo com a Lei Nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Art. 36, informa que a propaganda eleitoral é permitida após o dia 5 de julho do ano de eleição. O período eleitoral em todo Brasil começou no dia 06 de julho de 2010. Com a liberação de todos os partidos de fazerem manifestações, comícios e carros de som. Há uma série de normas e regras que tem que ser respeitadas pelos partidos, como horários e locais de manifestações. A propaganda na televisão só começou no período de 17 de agosto a 30 de setembro de 2010 no primeiro turno. No segundo turno começou no dia 16 a 29 de outubro de 2010, somente para os cargos de governador e Presidente da República, sendo que para governador somente em alguns estados e no Distrito Federal.

A novidade na eleição foi a propaganda na internet. Com total liberdade, para usar em blog, sites em redes sociais e mensagens instantâneas, os candidatos puderam através desse novo recurso, expor suas idéias e projetos para a eleição 2010. E os eleitores puderam ajudar seus candidatos, através de transação bancária.

Erika Jucá Kokay nascida em 15/08/1957. Natural de Fortaleza no Ceará, é casada e mãe de três filhos. No ano de 1976, iniciou sua vida na política. Entrou na Universidade de Brasília (UNB) para cursar psicologia. Foi do movimento estudantil e lutou contra o regime autoritário, segundo informação do blog da deputada, ela: “Participou ativamente



das lutas estudantis contra o regime autoritário, pela redemocratização do país, pela anistia aos presos e perseguidos políticos, pelas Diretas Já e por uma educação de qualidade.”

Como dirigente do movimento estudantil, foi punida e expulsa da UNB. Ela entrou com um recurso contra a universidade e logo após mudou-se para São Paulo. Em 1978, entrou na Universidade de São Paulo (USP) para o curso de História e continuou sua luta na militância estudantil. A deputada ajudou a organizar a passeata contra a ditadura militar, que foi um grande marco da história do país. 30 mil estudantes lutaram por liberdades democráticas. Erika Kokay pode retornar a UNB após vencer a ação judicial que tinha aberto. Assim finalizou o curso de psicologia em 1988. Esteve presente em todas as lutas pela anistia e democracia na universidade.

Logo após se formar, Kokay passou no concurso da Caixa Econômica Federal, onde teve mais uma grande influência, segundo o site oficial da deputada:

“Admitida em concurso público na Caixa, iniciou sua militância sindical. Em campanhas da categoria, organizou a primeira greve na história da Caixa em 125 anos, conquistando o direito à sindicalização e a jornada de 6 horas. Destacou-se como líder da categoria bancária. Foi eleita, por duas vezes, presidenta do Sindicato dos Bancários de Brasília. Liderança nacional da categoria bancária, foi eleita secretária-geral da Confederação Nacional dos Bancários e, em 2000, presidenta da CUT-DF”. (Parágrafo 1º. Movimento Sindical, 2010.)

A deputada participou de vários movimentos revolucionários, e foi inteiramente importante dentro do Sindicato dos Bancários, que era filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Segundo o blog da Deputada:

“Em 1992, o Sindicato dos Bancários e os sindicatos de outras categorias, filiados à Central Única dos Trabalhadores do Distrito Federal (CUT-DF), tiveram um papel destacado no Movimento pela Ética na Política e na mobilização popular (Fora Collor) que culminou no processo de afastamento do então presidente da República. Liderança nacional da categoria bancária, Erika Kokay foi eleita secretária-geral da Confederação Nacional dos Bancários e, em 2000, eleita pelo movimento sindical para exercer a presidência da CUT-DF”. (parágrafo 1º. Atuação no PT e na CUT.)

Na presidência da CUT/DF no ano de 2000, organizou uma marcha que foi contra o apagão, o governador da época Roriz, e toda a corrupção. Foi feito um trabalho contra



as formas de discriminação no país, seja contra negros, deficientes físicos, mentais ou qualquer tipo de discriminação, além de ajudar com atos de solidariedade a todos os povos do mundo.

Erika Kokay entrou no Partido dos Trabalhadores (PT). No ano de 2002 foi eleita Deputada Distrital. Segundo as informações do blog, a deputada sempre teve o compromisso com a ética:

“Dedicou-se por inteira à defesa dos excluídos, dos discriminados e dos injustiçados. Na Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, à qual teve a honra de presidir em 2003 e de 2005 a 2008, participou, intensamente, da defesa e garantia dos direitos das famílias e das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, das famílias e pessoas com os seus direitos violados – excluídos e discriminados, sejam os pobres, as crianças, os adolescentes, os jovens, as mulheres, o segmento LGBT, os idosos e as pessoas com deficiência e com transtornos mentais”. (parágrafo 3º. A deputada Distrital.)

Em 2006, Erika foi reeleita e no seu segundo mandato participou do grupo de oposição ao governo Arruda. Sempre foi contra as privatizações e terceirizações dos serviços públicos. Em 2009 a deputada esteve na liderança da bancada do PT na Câmara Legislativa, e fez grandes denúncias, uma delas, alegou corrupção, desconstituição das políticas públicas e irregularidades de serviços no governo. Antes mesmo de surgir o escândalo que se tornou público e conhecido como Caixa de Pandora.

A deputada participou inteiramente e defendeu o *impeachment* do governador José Roberto Arruda e do vice Paulo Octávio. Fez questão de lutar não só para que esses, mas também que todos os envolvidos no esquema de lavagem de dinheiro estivessem fora do governo.

Junto aos estudantes organizou um grande movimento que ficou conhecido como Fora Arruda e Paulo Octávio, defendeu mais uma vez a liberdade de expressão.

Continuou a luta contra a corrupção no país e como vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, foi escolhida para relatar o processo de quebra de



decoro parlamentar da deputada Eurides Brito, do partido PMDB, segundo o blog e com base no inquérito nº 650/2010, do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

“Nos depoimentos levados a efeito durante a apuração do processo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, o relatório de Erika Kokay foi categórico e inquestionável, sendo aprovado por unanimidade em todas as instâncias, ao defender e concluir pela perda do mandato de Eurides Brito, acusada de corrupção, formação de quadrilha e quebra de decoro parlamentar.”

Durante seu mandato trabalhou também na defesa de crianças e adolescentes, inclusive esteve junto ao projeto Movimento Creche que visa melhores condições para crianças e o aumento de vagas, para meninos e meninas de zero a três anos. Defendeu também uma qualidade na educação, uma melhoria na saúde. Além disso, participou de todas as lutas dos servidores públicos e dos movimentos culturais de Brasília.

Foi eleita com 72.651 votos na eleição para deputada federal do Distrito Federal do ano de 2010. A deputada foi o alvo do nosso estudo, por ser a única a usar intérprete de libras em seu programa na televisão no horário político. Segundo ela,

“É importante inserir libras na vida dos brasileiros e das brasileiras desse país. Eu sou membro da comissão de direitos humanos há oito anos na Câmara Legislativa e os surdos têm dificuldades de se comunicar.” Disse a deputada em entrevista concedida em 10/09/2010.

Vários casos nos foram contado pela deputada, inclusive a obrigatoriedade de intérpretes nos hospitais públicos. O Hospital de Base, o maior de Brasília, não contém em sua estrutura, profissionais qualificados para ajudar os surdos.

“Nós tivemos toda uma negociação com a Secretaria de Justiça, para que seja implementada a Central de Intérpretes, que os surdos possam inclusive pré- agendar um intérprete para determinados compromissos e que possa também atender em uma emergência.” Informou a deputada.

Muito se fala em acessibilidade para cadeirantes, mas se esquece da acessibilidade para cegos e surdos, que necessitam também de pessoas para ajudá-los na comunicação com a sociedade.

“No programa político, é obrigatório a legenda. É em português, as pessoas não entendem isso. A legenda em português e as libras não são iguais, a comunicação é diferente, é outra língua, e tem que ter a libras para que o surdo não seja excluído do momento que é muito importante para sociedade, que é a eleição.”, afirma a deputada.



Perguntada sobre o foco em sua campanha política, a deputada nos conta que trabalha com os direitos humanos – “nós trabalhamos com adolescentes, trabalhamos com todas as pessoas que são vítimas da exclusão, que fogem do modelo de perfeição, é um modelo imposto e que as pessoas são discriminadas porque são como são.” E ainda fala de sua luta com os surdos – “é preciso que um mandato seja um fato de dar a voz a quem não tem voz, ele tem que ser um fato de abertura. Construção dos direitos. Porque você precisa resgatar a condição humana, é ela que está em risco.”

Um de seus projetos é sobre provas de concurso público e em faculdades, as provas devem ter a opção em libras, muitos não conseguem passar em um concurso, porque o português não é a língua usada pelos surdos. Tem que ser a mesma lógica da propaganda política, para que haja comunicação global. Deveriam ter intérpretes até em centros de formação para condutores, porque o surdo também dirige.

O uso de libras no programa político pode ter auxiliado a deputada a vencer a campanha de 2010. Erika tem vários projetos para o exercício 2011-2014. Como deputada federal seus projetos, se aprovados em plenário, valem para todo o Brasil. Assim ajudando a inclusão não só dos surdos, mas de todas as pessoas com deficiência e os excluídos da sociedade.

2. Conclusão

Iniciativas como estas colocam em evidência o quanto é importante que todos sejam moedas de mesmo peso dentro de uma democracia. Tornar a comunicação possível entre todos é instrumento básico para a construção de uma política igualitária.

Nesse contexto, entende-se o porquê do uso dessa linguagem em seu programa. A história da deputada, de luta e busca de melhorias para a sociedade é diretamente proporcional a inserção de Libras em seu programa político.

Considerando que a sustentabilidade social é a chave para o desenvolvimento e promove a participação, a organização, a educação e o fortalecimento das pessoas (Freire (2004) *apud* Programa Internacional de EA (Unesco/Unep, 1990); Erika Kokay permitiu a consolidação desse conceito no imaginário político.



Continua o autor que “o desenvolvimento sustentado não é centrado na produção, é centrado nas pessoas”. Não apenas focado em recursos e meio ambiente, como também à cultura, história e sistemas sociais do local onde ele ocorre. Deve ser equitativo, agradável. Nenhum sistema social pode ser mantido por um longo período quando a distribuição dos benefícios e dos custos – ou das coisas boas e ruins de um dado sistema – é extremamente injusto, especialmente quando parte da população está submetida a um debilitante crônico estado de pobreza. (p. 226).

Nesse sentido, o fator de inclusão social foi um dos pontos de diferenciação dos demais candidatos. Atitudes que objetivam garantir o acesso das pessoas surdas à informação, deveriam ser tomadas como exemplo para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Para que fossem colocadas em prática as leis que obriguem a todos os candidatos a usarem Libras em seu programa político.

A mídia, portanto, deve favorecer a inclusão na política com a inserção das libras a forma de sustentabilidade social necessária para sociedade.

3. Referências Bibliográficas

SCHWARCZ, Luiz. **Linguagem De Sinais**. Companhia das Letras 1ª Edição - 2010.

FRIZANCO, Mary Lopes Esteves e HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. Ciranda Cultural LTDA, 1ª Edição 2009.

PERLIN, Gladis e STROBEL, Karin. **O que é LIBRAS**. Língua Brasileira de Sinais <<http://www.libras.org.br/libras.php>> Acesso em 01 de Nov 2010.

FREIRE, Genebaldo. **Educação Ambiental, Valores Humanos e Estilos de Vida Sustentáveis** Universa, Brasília - DF, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: ATLAS, 2006

CUORE, Raul Enrique. **A Importância De Conhecer A Estrutura Lingüística Da Libras Para O Educador**. Artigonal <<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/a-importancia-de-conhecer-a-estrutura-linguistica-da-libras-para-o-educador-945026.html>> Acesso em 01 de Nov 2010.

PERLIN, Gladis e STROBEL, Karin. **Fundamentos da Educação de Surdos**. <<http://www.libras.ufsc.br/hiperlab/avalibras/moodle/prelogin/adl/fb/logs/Arquivos/textos/funda>



[mentos/Fundamentos%20da%20Educa%E7%E3o%20de%20Surdos_Texto-Base.pdf](#)> Acesso em 21 de Out de 2010.

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, **Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm> Acesso em 26 de Out de 2010.

Eleições 2010. Veja.com <<http://veja.abril.com.br/perguntas-respostas/eleicoes-2010.shtml>> Acesso em 22 de Out de 2010.

Deputada Erika Kokay. Câmara Legislativa do Distrito Federal <<http://www.cl.df.gov.br/cldf/parlamentares/paginas/deputada-erika-kokay>> Acesso 22 Out 2010.

Redação da Rede Brasil Atual. **Começa a campanha eleitoral 2010.** Rede Brasil Atual <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/politica/comeca-a-campanha-eleitoral-2010>> Acesso em 19 de Out 2010.

Projeto de Lei PL855/2008. Erika Kokay <http://erikakokay.com.br/ler_projetos.php?id_projeto=23> Acesso em 26 de Out de 2010.

Perfil. Erika Kokay <<http://www.erikakokay.com.br/perfil.php>> Acesso em 27 de Out de 2010.